



B

## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### Programa de Unidade Curricular

**Faculdade**

DIREITO

**Licenciatura**

DIREITO

**Unidade curricular**

DIREITO ADMINISTRATIVO II

**Semestre:** 1º e 2º (Anual)

**NºECTS:**

**Regente**

PROF. DOUTORA MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS

**Assistente**

Lic. SÍLVIA GALVÃO TELES

**Carga Horária Lectiva Semanal**

**Aulas Teóricas:** 3h

**Aulas teórico-práticas:** 2h

**Orientação Tutorial:**

**Língua de Ensino**

Português

**Objectivos Gerais**

A evolução constante que o direito público português tem vindo a sofrer, por força de vários factores, entre os quais a influência decisiva do direito comunitário também ele em permanente aprofundamento, leva a que na disciplina de Direito Administrativo II, e já numa perspectiva de especialização em Ciências Jurídico-Administrativas, se deva ter especial cautela na escolha dos conteúdos. Tal escolha deve privilegiar, desde logo, o conjunto das matérias que não foram tratadas ou não foram desenvolvidas na disciplina de Direito Administrativo I. Além disso, deve ter em conta o conjunto normativo que se revele de maior estabilidade ou, pelo menos, que traduza opções político-constitucionais mais estáveis. Tal não significa que não se aproveite igualmente para introduzir novos temas cujo tratamento doutrinário ainda se revele incipiente (como, por exemplo, as parcerias público-privadas).

Face à amplitude de matérias susceptíveis de caberem no seu objecto científico, e tendo presente a distinção clássica entre Direito Administrativo geral e Direito Administrativo especial, optou-se pela selecção do Direito Administrativo Económico.

Claro que há um conjunto vasto de áreas económicas sujeitas a um regime jurídico-administrativo tais como a agricultura, o comércio, a indústria, as fontes de energia, os transportes, as telecomunicações, as obras públicas, a habitação, o urbanismo, a protecção do ambiente.

Muitas destas matérias têm vindo a ser reguladas de uma tal forma que se fala em direito do urbanismo, do ambiente, etc., havendo mesmo disciplinas que os tomam como sua designação e objecto de estudo.

Ora, não sendo possível abarcar todo esse vasto conjunto, optou-se pelo estudo do Direito administrativo da economia, numa primeira parte, por ser o enquadramento normativo genérico

**FUNDAÇÃO MINERVA • CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 Lisboa -  
Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307  
E-mail: [info@lis.ulusiada.pt](mailto:info@lis.ulusiada.pt) • <http://www.lis.ulusiada.pt>





B

## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

mais adequado ao estudo do direito dos contratos públicos que tem tido importância crescente na economia portuguesa. Estes serão estudados numa segunda parte.

Os objectivos gerais da disciplina assim grosseiramente delineada consistem em introduzir uma vertente especializada do direito administrativo, proporcionando conhecimentos aprofundados numa área particularmente sensível de intervenção das administrações públicas

### Objectivos Específicos

Tratando-se de estudar uma das formas de intervenção pública que mais impacto tem tido no desenvolvimento da sociedade portuguesa, visa-se uma análise aprofundada do tema dos contratos nas suas relações entre direito internacional, direito comunitário e, direito português, e em particular uma visão normativa das relações contratuais entre administrações públicas e particulares.

### Competências a adquirir

Os alunos devem adquirir a capacidade de reunir, dispor e actualizar os textos legais necessários, de interpretá-los, de analisar a jurisprudência pertinente e de resolver casos concretos, indicando as soluções correctas e as vias judiciais, ou outras, necessárias para as atingir. Para tanto, receberão uma formação teórica acrescida em direito administrativo especial.

### Metodologia de Ensino

O ensino da disciplina desenvolver-se-á numa vertente teórica, nas aulas teóricas, em que se procurará uma abordagem essencialmente geral das matérias incluídas no programa e numa vertente prática nas aulas de subturma, onde se desenvolverá um trabalho de desenvolvimento do programa baseado essencialmente na exegese das normas pertinentes, na análise da jurisprudência e na resolução de casos práticos, procurando fomentar o debate e a argumentação, quer individualmente quer em grupo.

### Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

#### PARTE I DIREITO ADMINISTRATIVO ESPECIAL

CAPÍTULO I - Introdução

CAPÍTULO II - A intervenção pública na economia

CAPÍTULO III - Princípios jurídicos fundamentais da organização administrativa e da actividade administrativa económica

CAPÍTULO IV - Organização da administração económica

CAPÍTULO V - Actividade da administração económica

#### PARTE II CONTRATOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I - Conceito e categorias de contratos públicos

CAPÍTULO II - O Direito dos Contratos Públicos

CAPÍTULO III - Princípios gerais sobre contratação pública

§ 1º - Considerações gerais

§ 2º - Contratação pública e Estado-de-direito

§ 3º - Contratação pública e concorrência

CAPÍTULO IV - Os procedimentos de contratação pública

CAPÍTULO V - Elementos de existência dos contratos públicos

CAPÍTULO VI - Validade e invalidade dos contratos públicos

CAPÍTULO VII - Eficácia e ineficácia dos contratos públicos





## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

CAPÍTULO VIII - Interpretação e integração dos contratos públicos  
CAPÍTULO IX - A execução dos contratos públicos  
CAPÍTULO X - Modificação e extinção dos contratos públicos  
CAPÍTULO XI - O novo contencioso dos contratos públicos  
CAPÍTULO XII - Contratos administrativos, em especial

### **Bibliografia Principal (duas obras)**

**Autor:** AMARAL, DIOGO FREITAS DO

**Título:** Curso de Direito Administrativo, Vol. II

**Edição:** 1ª

**Local:** Coimbra

**Editora:** Almedina

**Ano:** 2001

**Autor:** MONCADA, LUÍS CABRAL DE

**Título:** Direito Económico

**Edição:** 4ª

**Local:** Coimbra

**Editora:** Coimbra Editora

**Ano:** 2003

### **Bibliografia Complementar (duas obras)**

**Autor:** MARTINS, AFONSO D'OLIVEIRA

**Título:** Para um conceito de contrato público (separata de Estudos em Homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Telles), Vol. V

**Edição:** 1ª

**Local:** Coimbra

**Editora:** Coimbra Editora

**Ano:** 2003

**Autor:** OTERO, PAULO

**Título:** Legalidade e Administração Pública, O sentido da Vinculação Administrativa à Jurisdição

**Edição:** 1ª

**Local:** Coimbra

**Editora:** Almedina

**Ano:** 2003

### **Metodologia de Avaliação Contínua /Elementos relevantes**

A avaliação contínua é efectuada através de testes escritos, intervenções orais e relatórios ou trabalhos escritos, pelos quais se apreciará as capacidades do aluno, nas várias vertentes do conhecimento adquirido, compreendido e aplicado.

### **Recursos Didácticos**

Para além dos recursos disponíveis na Mediateca da Universidade, utilizar-se-ão os recursos multimédia que estão disponíveis na sala de aula, quer nas aulas teóricas quer nas aulas práticas.

### **Palavras-chave (escolha 4 palavras que identifique a unidade curricular e o seu conteúdo)**

Direito Administrativo

Contratos públicos

FUNDAÇÃO MINERVA • CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 Lisboa -

Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307

E-mail: [info@lis.ulusiada.pt](mailto:info@lis.ulusiada.pt) • <http://www.lis.ulusiada.pt>

